

Os Jovens no Mercado de Trabalho do Brasil

João Saboia¹

¹ João Saboia é professor titular do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Participaram na elaboração deste trabalho, Ana Lucia Saboia e Barbara Cobo Soares.

Apresentação

A Gelre, empresa especializada em Relações Humanas no Trabalho, tem a honra de apresentar o segundo exemplar da Gelre Coletânea – Série Estudos do Trabalho, “Os Jovens no Mercado de Trabalho do Brasil”, de João Saboia.

Este ensaio inédito resulta, mais uma vez, da parceria entre a empresa de RH e uma universidade, no caso a Federal do Rio de Janeiro, onde o autor é diretor-geral do Instituto de Economia. A iniciativa pretende ser uma colaboração para o desenvolvimento da rede de relações que envolvem o setor trabalhista no Brasil, agora por meio da discussão da inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O estudo do professor João Saboia tem como fonte básica de dados a PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, sendo analisado o período entre 1993 e 2003. Sua preocupação maior foi verificar o que ocorreu nesta área na última década no Brasil. Entre outras abordagens, apresenta comparações com outros países, discutindo a qualidade do ensino, a falta de proteção da legislação, a melhoria das condições do trabalho adulto e, por fim, a forma precária como os jovens se inserem no mercado de trabalho atualmente.

Empresa que há mais de 40 anos lida com mercado de trabalho em todas as regiões do Brasil, a Gelre, com essa série de estudos, consolida seu objetivo de contribuir na disseminação de bases sólidas de estudo e, conseqüentemente, provocar a discussão entre todos aqueles que articulam o Trabalho no País. Sempre, é claro, no sentido de melhorar as condições econômicas brasileiras, como, por exemplo, as desses jovens que trilham os primeiros caminhos de sua firmação como cidadãos.

Índice

Prefácio	7
Introdução	9
Características socioeconômicas da população jovem brasileira	11
Jovens no mercado de trabalho	24
Políticas voltadas para a inserção de jovens no mercado de trabalho	32
Conclusões	35
Bibliografia	37
Biografia do autor	39
Sobre o Instituto de Economia da UFRJ	41
Sobre a Organização Gelre	43

Estudo do Trabalho

Na área do trabalho, o objetivo de toda sociedade moderna é atingir o ponto em que há oportunidade para todos. Para que exista o emprego é necessário que três "personagens" participem ativamente: o trabalhador (empregado), o empregador e o cliente (mercado, quem paga pelo que foi produzido). Neste estudo, o Prof. João Saboia enfoca a situação da inserção do jovem no nosso mercado de trabalho.

O ensaio abrange todos os aspectos do assunto sem se perder num excesso de dados. Consegue focar nos pontos críticos que demandam a atuação dos responsáveis pelo encaminhamento das medidas que permitirão aos jovens encontrar o caminho para, na sua vez, se realizarem e cumprirem com suas futuras responsabilidades. Esta análise mostra de maneira contundente alguns pontos importantes.

Um deles trata das diferenças regionais, ainda muito grandes. Isto torna difícil a implementação de receitas gerais válidas com igual peso para todo o País. Já um dos aspectos que se sobressai é a necessidade de melhora do ensino à disposição da juventude, principalmente na questão da qualidade.

Outro grande impasse é o crescimento contínuo do grau de informalidade no mercado de trabalho, o que dificulta o andamento das melhorias necessárias. O êxito de futuras políticas para melhorar as oportunidades para os jovens está condicionado pela evolução do mercado de trabalho em geral. Não se pode incluir o jovem tirando emprego do adulto que o alimenta.

A queda geral do rendimento do trabalho tem efeitos perversos sobre a inserção do jovem no sistema produtivo da sociedade. Mas, apesar das dificuldades, o Brasil está melhorando. Houve uma evolução positiva entre 1993 a 2003.

Este estudo do Prof. Saboia nos ajuda a compreender com mais profundidade porque o cenário nacional é desfavorável à ascensão social

do jovem no País, abordado levemente no nosso primeiro fascículo da Coletânea Gelre. Entretanto, o estudo nos surpreende agradavelmente mostrando que, apesar das dificuldades, a situação da nossa juventude apresenta melhorias graças, sobretudo, ao seu potencial, seu próprio dinamismo e sua vontade de auto-realização.

Esperamos que este trabalho seja mais uma contribuição para a conscientização dos responsáveis pelo encaminhamento dos jovens. E entre estes estamos também nós que trabalhamos na Gelre, lidando com as realidades que de um lado nos condicionam, mas que de outro devem provocar e balizar nossas ações.

Ao Prof. João Saboia e seus colaboradores, nossos sinceros agradecimentos pela contribuição e nossa admiração pela qualidade deste trabalho.

Jan Wiegerinck, presidente da Organização Gelre

Introdução

Discutir a questão do jovem no mercado de trabalho no Brasil nos últimos anos não é tarefa fácil. Já no seu início, o debate enfrenta problemas de definição, por exemplo, na denominação do objeto - quem são os jovens, qual é a faixa etária a que se está referindo, são jovens ricos ou pobres, com escolaridade formal concluída, em que nível etc.

A conceituação de população jovem pelas Nações Unidas foi feita, pela primeira vez, em função do ano internacional da juventude em 1985, considerando a população de 15 a 24 anos de idade. A escolha baseou-se em fundamentos apropriados que coincidem com importantes períodos de transição no ciclo de vida. Os 15 anos, no caso das mulheres, é a idade considerada de início da fecundidade e os 24 anos podem ser considerados como a idade que normalmente o jovem conclui o ciclo formal da educação e poderia fazer parte do mercado de trabalho.

A definição da faixa etária de jovem no Brasil é bastante ambígua, pois depende de qual ótica está se empregando. Do ponto de vista do mercado, a lei brasileira permite o trabalho a partir de 14 anos na condição de aprendizes, porém somente aos 16 anos são assegurados os direitos trabalhistas e previdenciários previstos na Constituição. Entretanto, há pelo menos duas décadas, as estatísticas oficiais retratam a situação de trabalho da população a partir de 10 anos de idade. Na década de 90, o IBGE iniciou a investigação do trabalho das crianças de 5 a 9 anos, verificando a existência de algumas centenas de milhares de crianças nesta faixa etária no mercado de trabalho. Do ponto de vista político, por exemplo, basta ter 16 anos para votar, mas a maioridade penal se inicia aos 18 anos e apenas aos 21, a maioridade civil.

Nessa medida, a faixa etária a ser estudada neste documento será aquela que vai de 15 a 24 anos, porém levando-se em consideração que tal limite é muito extenso e os subgrupos etários contidos em seu interior são muito heterogêneos. Dependendo do indicador, serão apresentados diferentes subgrupos etários dentro deste limite.

Definida a faixa etária dos jovens, o estudo pretende abordar dois aspectos considerados os mais importantes em suas vidas: seu nível educacional e de inserção no mundo do trabalho. O aspecto educacional é fundamental, pois cabe a este grupo uma importante parcela no desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, as transformações produtivas e as mudanças na organização social do momento atual exigem dos jovens uma formação completa e abrangente que lhes garanta as habilidades necessárias para uma inserção digna no mundo do trabalho.

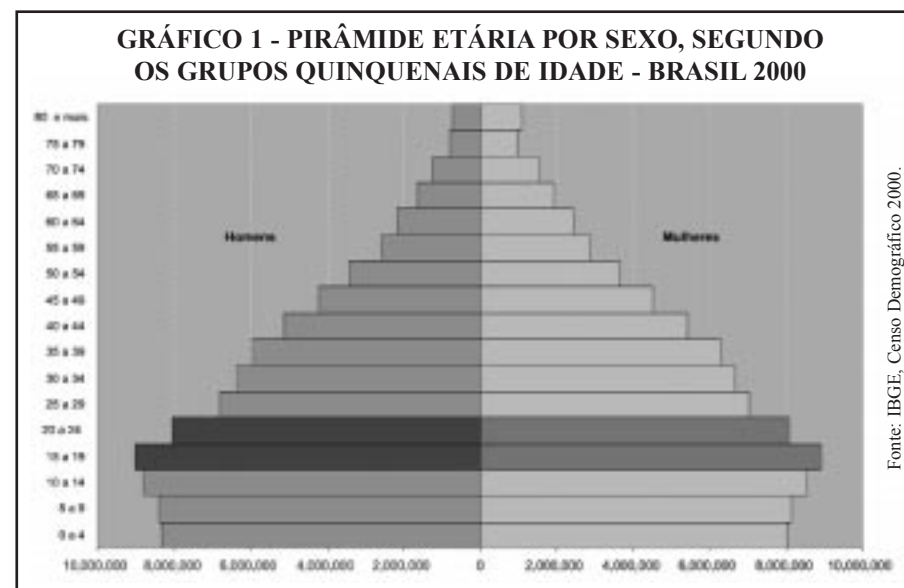
O papel que a educação tem atualmente é indiscutível e as evidências científicas sobre suas contribuições para o desenvolvimento econômico e social no mundo moderno têm sido freqüentemente apontadas. O processo educativo básico contribui para a qualificação dos indivíduos, formando não apenas uma mão-de-obra especializada, com melhores salários, mas principalmente, cidadãos capazes de enfrentar as dificuldades impostas pelo processo de globalização da economia mundial.

Considerando esta premissa, o fio condutor da presente análise é o acesso e permanência dos jovens na escola e a influência da renda familiar na decisão de ingresso no mercado de trabalho. O universo que se está tratando compreende um contingente de cerca de 34 milhões de pessoas entre 15 a 24 anos, dos quais 17,2 milhões estavam no mercado de trabalho, em 2003. Destes, 61% eram jovens do sexo masculino, 39% mulheres, 50,2% brancos e 49,4% pretos e pardos. As próximas seções tratam de alguns aspectos da escolarização, do baixo preparo profissional e da pouca oferta de ensino médio e profissionalizante, cujas conseqüências podem ser evidenciadas pela posição na ocupação e nos baixos rendimentos dos jovens trabalhadores.

Características socioeconômicas da população jovem brasileira

O último Censo Demográfico realizado na virada deste século revelou um país ainda caracteristicamente jovem. Não obstante o processo de envelhecimento da população tenha se acelerado nos últimos anos a partir dos avanços nas áreas de medicina, biotecnologia e saneamento básico — que contribuíram para elevar a esperança média de vida do brasileiro em cerca de 27 anos desde o Censo de 1950 —, mais da metade das pessoas recenseadas pelo Censo 2000 tinham até 24 anos. Em particular, os jovens de 15 a 24 ainda representavam 1/5 da população brasileira, formando um contingente de cerca de 34 milhões de pessoas. O grupo etário de 15 a 19 anos, por sua vez, apresentou o contingente mais expressivo entre os grupos quinquenais, segundo a pirâmide etária da população brasileira para o ano de 2000 (Gráfico 1)

Esse quadro, no entanto, tende a se reverter com a continuidade das tendências demográficas até então observadas em termos de redução das taxas de natalidade, fecundidade e mortalidade. Como resultado,



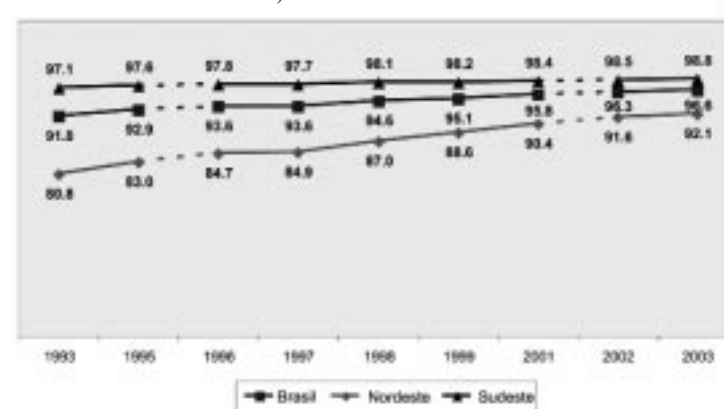
projeta-se uma gradativa redução da população jovem tanto em termos relativos quanto absolutos para os próximos censos. Entretanto, não se deve perder de vista que os jovens brasileiros ainda representam, hoje, um grande contingente populacional que demanda ações específicas e determinadas quanto ao acesso à educação, saúde, oportunidades de emprego e participação na vida social do país.

Para o entendimento do universo dos jovens, a educação é um aspecto central. Por um lado, a já reconhecida relação direta entre educação e rendimentos do trabalho mostra que o aumento do nível educacional da população é fator preponderante na redução da pobreza e das desigualdades sociais, pensamento hoje corrente entre os estudiosos do tema. Uma população mais educada é capaz de participar mais ativamente da vida social, política e cultural do país. Em última instância, a educação interfere diretamente na qualidade de vida e no bem-estar desses jovens, representando um valioso instrumento para as políticas de inclusão social.

Nesse sentido, observa-se que a alfabetização se encontra praticamente universalizada entre os jovens de 15 a 24 anos, independentemente da idade e do sexo. Pelos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) 2003², quase 97% dos jovens nessa faixa etária estavam alfabetizados, com uma ligeira diferença em favor das mulheres. Na última década, os avanços foram significativos, principalmente no Nordeste, embora esta região ainda apresente a menor taxa de alfabetização entre as Grandes Regiões brasileiras (92,1%). Essa taxa entre jovens de 15 a 24 anos é parte integrante do conjunto de indicadores a serem monitorados para o cumprimento do objetivo - atingir o ensino básico universal - das Metas de Desenvolvimento do Milênio (*Millenium Development Goals*), da ONU.

² A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios não abrange a população rural dos Estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá. Dessa forma, as informações apresentadas ao longo desta análise para esses Estados, assim como para a Região Norte, referem-se apenas à população urbana.

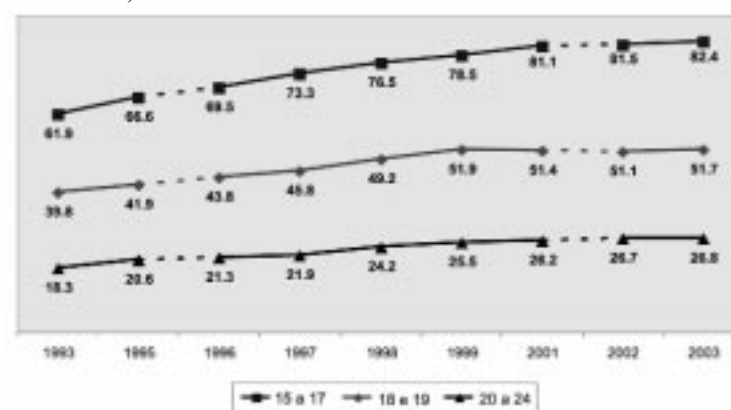
GRÁFICO 2 - TAXA DE ALFABETIZAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS - BRASIL, NORDESTE E SUDESTE - 1993/2003



Fonte: IBGE, PNADs 1993/2003.

O acesso à escola também apresentou melhora significativa na última década. A proporção de jovens de 15 a 17 anos que freqüentavam um estabelecimento de ensino passou de 61,9%, em 1993, para 82,4%, em 2003. Analogamente, a freqüência à escola para os grupos de 18 e 19 anos e 20 a 24 anos também obteve um crescimento expressivo nos últimos 10 anos, com destaque para o segundo grupo, cuja proporção de estudantes aumentou quase 50% (Gráfico 3).

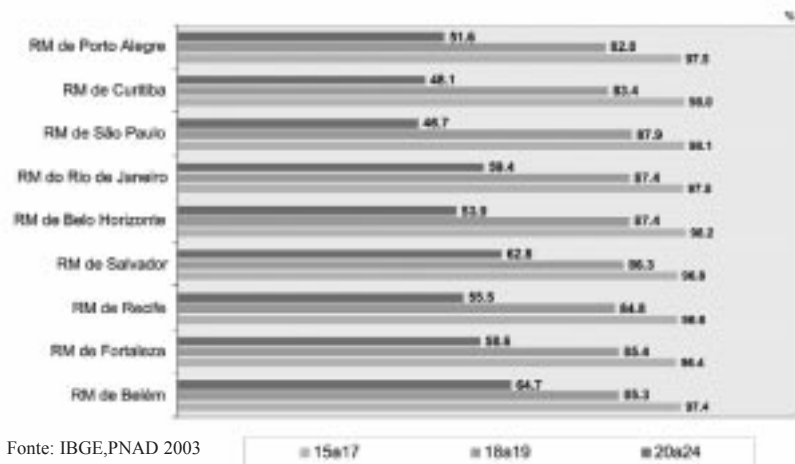
GRÁFICO 3 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE - BRASIL - 1993/2003



Fonte: IBGE, PNADs 1993/2003

Deve-se, todavia, ressaltar que, não obstante a melhoria observada neste indicador, a situação de escolarização encontra-se longe do ideal. Apenas 51,7% daqueles com 18 e 19 anos e 26,8% dos jovens de 20 a 24 anos freqüentavam estabelecimento de ensino em 2003. Nas Regiões Metropolitanas (RMs), as taxas foram bem mais elevadas. No caso dos adolescentes de 15 a 17 anos, a freqüência escolar atingiu mais de 96% deste grupo etário. No grupo de 20 a 24 anos há maior diferenciação, variando de 46,7%, na RM de São Paulo, a 64,7%, em Belém (Gráfico 4). A maior freqüência escolar dos jovens de 20 a 24 anos em algumas RMs do Norte e Nordeste se deve ao ingresso tardio e atraso escolar nessas regiões.

GRÁFICO 4 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE - REGIÕES METROPOLITANAS - 2003



Os dados comprovam ainda que o nível de rendimento familiar é fator preponderante na escolarização dos jovens. Para aqueles com idades entre 15 e 17 anos, a proporção de estudantes foi de 73,6% para os 20% mais pobres, com essa proporção aumentando sistemática-

mente até atingir 94,6% para os 20% mais ricos. Essa diferença se mostrou mais significativa na região Sul do país, chegando a quase 25 pontos percentuais entre os extremos da distribuição de rendimentos, com destaque para a Região Metropolitana de Curitiba, cuja variação foi de 65,1% no primeiro quinto para 96,6% no último. Da mesma forma, a região Sul também apresentou maior diferenciação na escolarização dos jovens de 18 a 24 anos considerando o nível de rendimento familiar *per capita* (43,4 pontos percentuais de diferença entre os extremos). A taxa média de freqüência escolar para este grupo foi mais elevada na Região Nordeste do país, onde 37,1% dos jovens de 18 a 24 anos estudavam (Gráficos 5 e 6). A análise desagregada por cor também revela uma pequena diferenciação no que se refere à taxa de escolarização, uma vez que esta foi superior para os brancos em todos os subgrupos etários em 2003 (Gráfico 7).

GRÁFICO 5 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE E QUINTOS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA - BRASIL - 2003

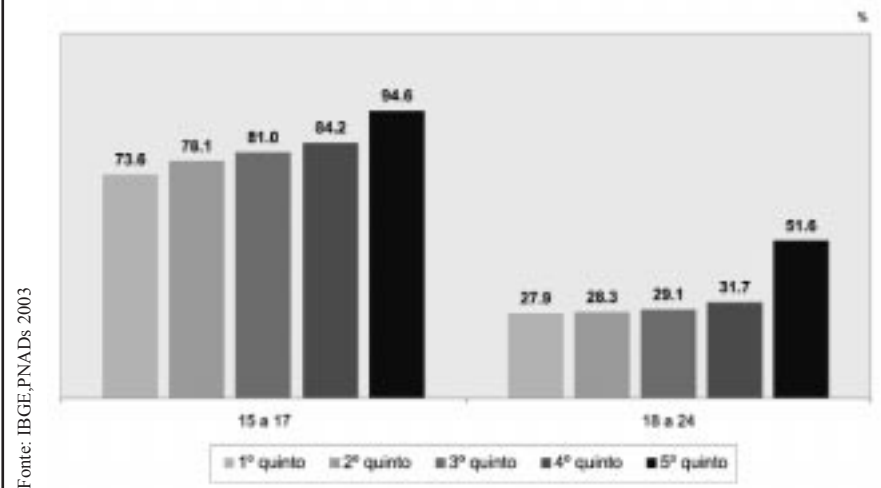


GRÁFICO 6 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE E QUINTOS DE RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA - NORDESTE E SUL - 2003

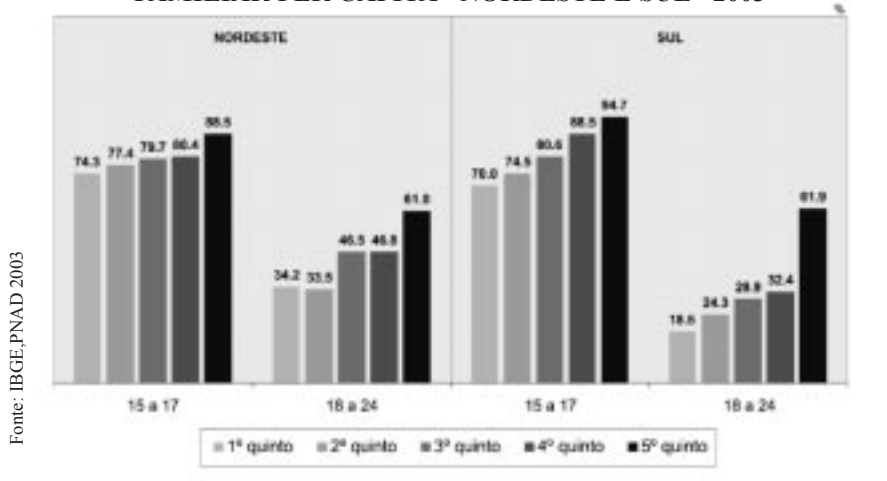


GRÁFICO 7 - TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE E COR - BRASIL - 2003

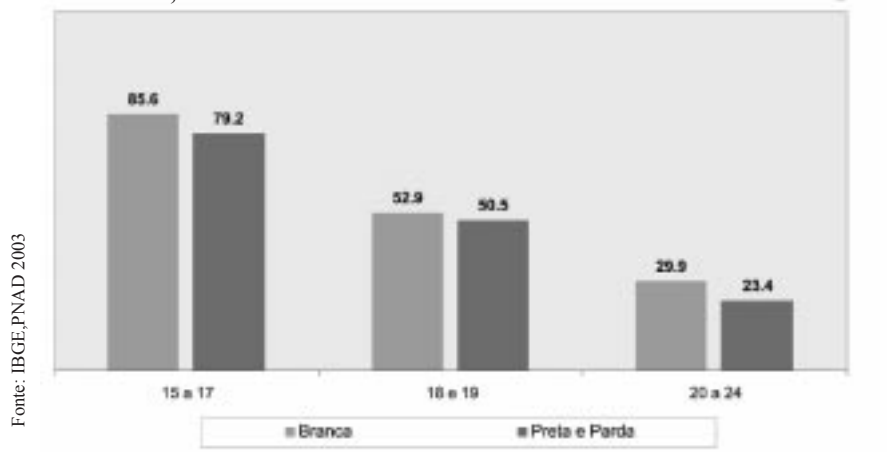
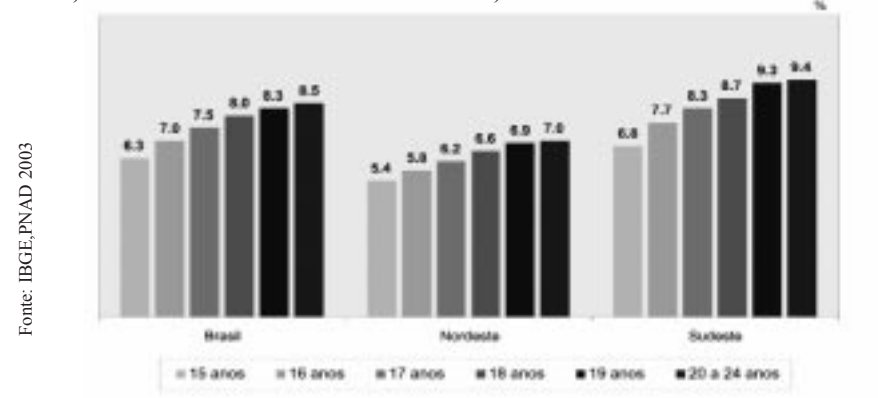


GRÁFICO 8 - MÉDIA DE ANOS DE ESTUDO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE - BRASIL, NORDESTE E SUDESTE - 2003



A questão educacional, todavia, não deve ser analisada unicamente pela frequência escolar. De uma forma geral, observa-se que, embora grande parte dos jovens esteja frequentando estabelecimentos de ensino, a média de anos de estudo ainda é considerada baixa. Com base na adequação série-idade vigente no atual sistema de ensino brasileiro, com 15 anos o jovem deveria estar iniciando o ensino médio e, portanto, já deveria ter concluído os oito anos do ensino fundamental. Todavia, aos 15 anos de idade, a média de anos completos de estudo era de 6,3 anos. Apenas na idade de 18 anos atingiu-se, no Brasil, o número de anos de estudo requerido para a conclusão do fundamental, sendo que nesta idade, o jovem já deveria estar cursando o primeiro ano do ensino superior (Gráfico 8). Esses resultados mostram que a defasagem ou atraso escolar é um traço marcante do sistema educacional brasileiro, principalmente na região Nordeste, uma vez que esta apresenta, relativamente às demais regiões, elevadas taxas de escolarização associadas a baixas médias de anos de estudo. Vale ressaltar que nesta região, nem no grupo de 20 a 24 anos de idade a média de oito anos requerida para a conclusão do ensino fundamental é alcançada.

A defasagem escolar é também importante na análise desagregada por cor. A pouca diferenciação observada na taxa de escolarização entre brancos, pretos e pardos não necessariamente revela um acesso igual ao ensino médio e superior para os grupos etários de 15 a 17 e 18 a 24 anos, respectivamente. Na verdade, o que se observa é uma defasagem escolar bastante superior para pretos e pardos, fazendo com que grande parte dos estudantes de 15 a 24 anos que se declararam dessa cor ainda estejam cursando o ensino fundamental. Com 20 a 24 anos de idade, por exemplo, cerca de 1/3 dos estudantes pretos e pardos ainda estava no ensino fundamental (contra 10% de brancos) e quase 43% encontrava-se no ensino médio (contra 23% dos brancos), perfazendo uma proporção de mais de 70% de estudantes defasados em 2003 (Tabela 1).

Em suma, ao longo dos últimos anos, o Brasil experimentou avanços significativos no que concerne à alfabetização de jovens e adultos e ao acesso à escola. Entretanto, tais avanços ainda não se traduziram em um aumento significativo da escolaridade do jovem brasileiro. Além da média de anos de estudo se encontrar em patamares bastante reduzidos, a questão do atraso ou defasagem escolar se configura em um importante desafio para que os jovens consigam não apenas terminar o ciclo básico educacional, mas também cursar o ensino superior. A origem deste processo tão acentuado de defasagem escolar está muitas vezes relacionada à qualidade do ensino que está sendo ofertado nas escolas brasileiras e, também, ao fato de que muitos jovens brasileiros dividem seu tempo entre a escola e o trabalho, o que dificultaria uma maior dedicação aos estudos e, por conseguinte, favoreceria o atraso escolar.

De fato, em relação à associação entre trabalho e estudo, a análise da condição de atividade permite observar a alocação do tempo dos jovens em diferentes segmentos etários e entre os diversos tipos de atividade. Para o grupo etário de 15 a 17 anos, a proporção daqueles que só estudavam foi de 61% em 2003, com destaque para a Região Sudeste (66,4%). Por outro lado, quase 1/3 destes estavam inseridos no mercado de trabalho, seja conciliando trabalho e estudo (21,4%) ou apenas trabalhando (7,7%). Essas proporções variaram não somente entre as Grandes Regiões como também intra-regionalmente. No Sudeste, por exemplo, enquanto 9,5% dos jovens de 15 a 17 anos no Rio de Janeiro trabalhavam e estudavam, essa proporção atingiu 22,5% em Minas Gerais. A menor proporção de jovens nesta condição estava no Distrito Federal (8,3%), enquanto no Piauí quase 35% trabalhavam e estudavam (Tabela 2).

Tabela 1 - Distribuição dos estudantes de 15 a 24 anos de idade, por grupos de idade e cor, segundo o nível de ensino freqüentado - Brasil - 2003

Cor e grupos de idade	Nível de ensino freqüentado (%)		
	Fundamental ou 1º grau	Médio ou 2º grau	Superior ou 3º grau
15 a 17			
Branca	34.0	64.7	0.7
Preta e Parda	58.8	40.6	0.2
18 a 19			
Branca	14.0	53.0	24.5
Preta e Parda	32.9	57.2	6.0
20 a 24			
Branca	10.1	23.1	61.4
Preta e Parda	29.0	42.9	21.6

Fonte: IBGE, PNAD 2003

Tabela 2 - Jovens de 15 a 17 anos de idade, total e sua respectiva distribuição percentual, por condição de atividade, segundo as Grandes Regiões e Unidades da Federação - 2003

Grandes Regiões, Unidades da Federação e Regiões Metropolitanas	Jovens de 15 a 17 anos de idade					
	Total	Condição de atividade (%)				
		Só estuda	Trabalha e estuda	Só trabalha	Afazeres domésticos	Não realiza nenhuma atividade
Brasil (1)	10 481 393	60.9	21.4	7.7	7.0	2.9
Norte (2)	695 111	62.5	18.5	7.1	8.8	3.1
Rondônia	69 140	57.8	18.0	9.0	12.7	2.5
Acre	26 837	66.3	12.2	7.7	9.4	4.4
Amazonas	165 860	70.5	14.0	4.1	8.4	3.0
Roraima	18 788	70.0	16.7	6.7	4.2	2.5
Pará	313 670	58.9	20.1	8.0	9.4	3.6
Amapá	33 700	78.7	10.6	5.0	3.8	1.9
Tocantins	83 409	54.8	29.0	8.6	6.0	1.6
Nordeste	3 354 219	55.6	24.4	9.0	8.0	2.9
Maranhão	431 584	55.6	21.9	12.2	8.5	1.9
Piauí	193 997	52.5	34.9	5.5	5.8	1.3
Ceará	531 017	52.1	27.7	9.5	8.1	2.6
Rio Grande do Norte	197 221	58.8	19.0	7.4	9.8	5.0
Paraíba	227 934	57.6	21.1	7.6	9.1	4.6
Pernambuco	531 871	56.0	22.7	9.5	8.3	3.4
Alagoas	195 962	53.5	25.2	7.9	9.6	3.7
Sergipe	124 612	61.8	19.6	9.6	5.9	2.8
Bahia	920 021	56.6	24.8	8.6	7.3	2.7
Sudeste	4 236 937	66.4	18.1	6.3	5.9	3.2
Minas Gerais	1 106 101	57.0	22.5	9.6	7.6	3.4
Espírito Santo	205 036	56.8	21.1	11.0	6.9	4.3
Rio de Janeiro	720 822	77.8	9.5	3.8	4.7	4.3
São Paulo	2 204 978	68.4	18.5	5.0	5.4	2.7
Sul	1 438 448	55.6	26.0	9.4	7.3	1.7
Paraná	564 576	54.9	25.6	9.5	8.0	2.0
Santa Catarina	316 137	55.5	29.1	8.2	6.1	1.1
Rio Grande do Sul	557 735	56.4	24.6	9.9	7.3	1.8
Centro-Oeste	740 385	62.0	20.9	7.8	6.6	2.7
Mato Grosso do Sul	123 694	61.4	19.9	7.3	7.3	4.1
Mato Grosso	161 356	54.2	25.7	9.9	8.5	1.7
Goiás	324 507	59.4	23.9	8.0	6.2	2.6
Distrito Federal	130 828	78.8	8.3	5.1	4.9	2.9

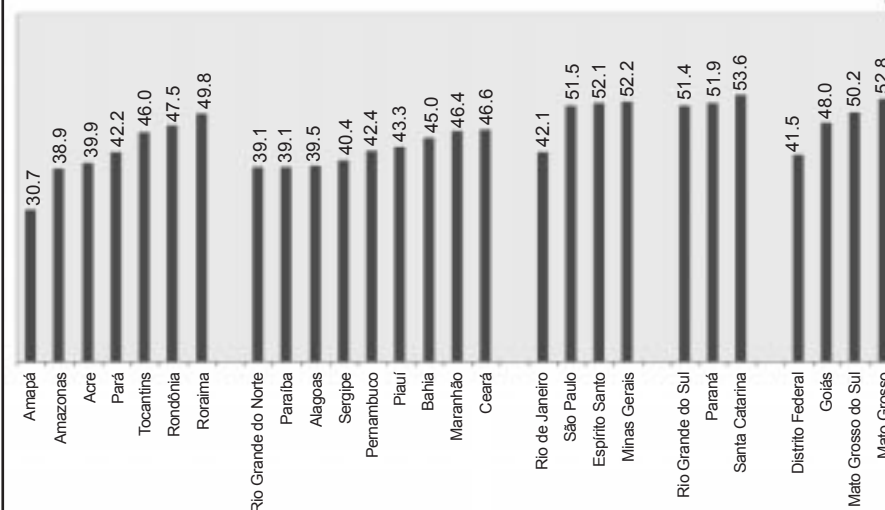
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003

(1) Exclui a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

(2) Exclui a população rural.

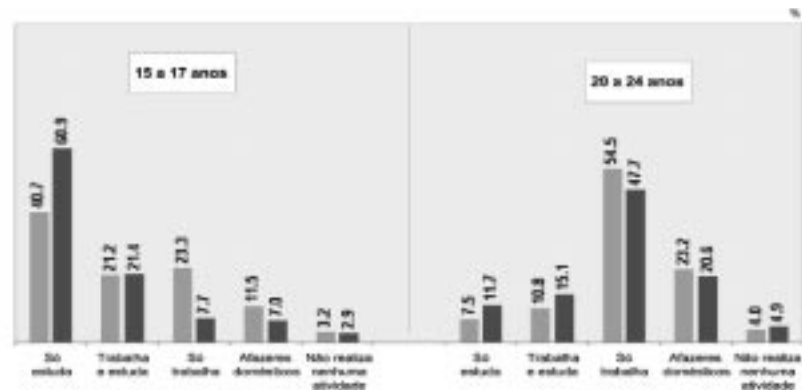
A tendência é de redução do número de jovens que se dedicam aos estudos na medida em que se avançam as idades. Para aqueles no sub-grupo etário de 18 e 19 anos, a proporção dos que somente estudavam era de 30,4%, 21,3% trabalhavam e estudavam e quase 27% somente trabalhavam. Já para os jovens de 20 a 24 anos, 11,7% somente estudavam, 15,1% trabalhavam e estudavam e quase a metade apenas trabalhava. Entre as Unidades da Federação, as regiões Sul e Sudeste se destacaram com as maiores proporções de jovens nessa última condição. Isso se deve às maiores oportunidades de trabalho para os jovens nessas regiões e também à defasagem escolar mais acentuada no Norte e Nordeste, que acaba por reter os jovens desses grupos etário por mais tempo nas escolas (Gráfico 9).

GRÁFICO 9 - PROPORÇÃO DE JOVENS DE 20 A 24 ANOS QUE SOMENTE TRABALHAVAM - UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2003



Fonte: IBGE, PNAD 2003

GRÁFICO 10 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE - BRASIL - 1993/2003



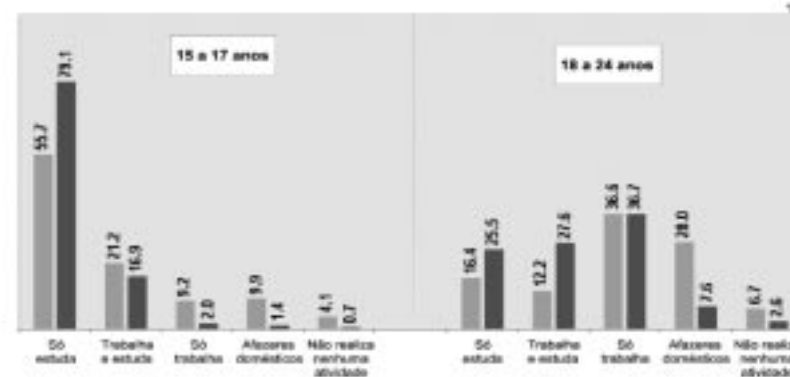
Fonte: IBGE, PNAD 1993/2003

De uma forma geral, nos últimos dez anos, a dedicação integral do tempo dos jovens aos estudos aumentou. Em 1993, a proporção daqueles que somente estudavam era de 40,7% para o grupo etário de 15 a 17 anos e de 7,5% para os jovens de 20 a 24 anos. Em 2003, tais percentuais subiram para, respectivamente, 60,9% e 11,7%. Entretanto, ainda permanece significativa a inserção destes no mercado de trabalho. Vale também chamar atenção para a forte queda do percentual de jovens nas duas faixas etárias acima que somente trabalhavam, o que revela uma maior procura por uma melhor escolarização devido às novas exigências do mercado de trabalho (Gráfico 10).

A desagregação da informação sobre condição de atividade por rendimento familiar *per capita* evidencia a maior incidência daqueles que somente estudavam entre os jovens em famílias com rendimento *per capita* superior a dois salários mínimos³. Para o grupo de 15 a 17 anos, 79,1% daqueles em famílias com mais de dois salários mínimos de rendimento somente estudavam, contra 55,7% dos jovens em

³ O salário mínimo em vigor no mês de referência da PNAD 2003 (setembro de 2003) era de R\$ 240 (duzentos e quarenta reais).

GRÁFICO 11 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO A CONDIÇÃO DE ATIVIDADE E RENDIMENTO FAMILIAR PER CAPITA EM SALÁRIOS MÍNIMOS - BRASIL - 2003



Fonte: IBGE, PNAD 2003

famílias menos favorecidas. Chama atenção o elevado percentual de jovens de 18 a 24 anos com rendimento familiar *per capita* de até 1/2 salário mínimo envolvidos apenas em afazeres domésticos. Em sua maioria, são mulheres que se ocupam do serviço de casa e do cuidado com filhos e irmãos mais novos, que ou abandonaram os estudos precocemente ou não seguiram adiante para níveis mais elevados de escolarização. (Gráfico 11).

A análise dos dados mostra, portanto, que qualquer política pública direcionada ao jovem brasileiro, seja ela educacional ou de inserção no mercado de trabalho, deve considerar que embora este jovem esteja mais escolarizado e se dedicando mais exclusivamente aos estudos que há dez anos atrás, seu nível de escolaridade ainda está aquém das crescentes exigências de qualificação de grande parte dos postos de trabalho. Além disso, é fato que uma parcela significativa desses jovens concilia trabalho e estudo, seja para complementação do rendimento familiar seja para custear os próprios estudos, e que fatores como o rendimento familiar são preponderantes na frequência escolar e na alocação do tempo do jovem entre trabalho e estudo.

Jovens no mercado de trabalho

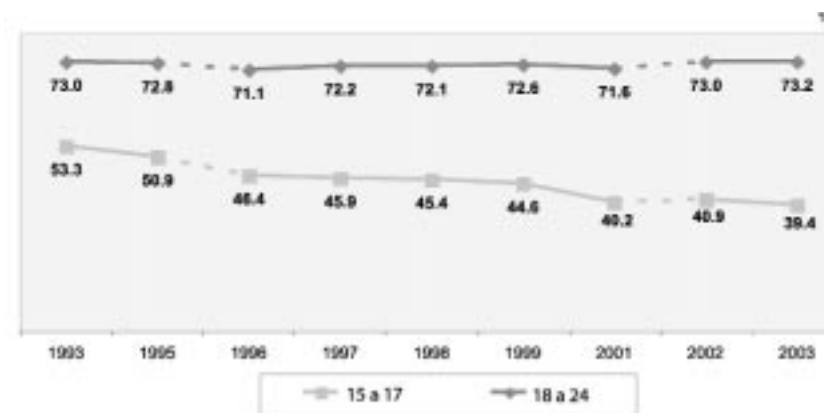
O mercado de trabalho está muito associado ao comportamento da economia. Segundo algumas estimativas, o Brasil precisa crescer pelo menos 4% ao ano para poder absorver cerca de 1,5 milhão de pessoas que chegam ao mercado de trabalho anualmente.

Nos últimos anos, o País tem apresentado pouco crescimento econômico, o que tem se refletido no aumento das taxas de desemprego. Tal fato prejudica aqueles segmentos da população que estão entrando no mercado de trabalho, principalmente os mais jovens. Em 2003, a situação foi muito desfavorável: a economia estagnada provocou forte queda dos rendimentos e aumento do desemprego. Em 2004, entretanto, a economia voltou a crescer, com repercussões positivas sobre o mercado de trabalho.

A inserção dos jovens no mercado de trabalho é bastante diferenciada por sexo e subgrupos etários, o que pode ser observado por meio da análise do indicador "taxa de atividade". Para o ano de 2003, os jovens de 15 a 17 anos apresentaram uma taxa de atividade de 39,4%, ou seja, uma parcela significativa dos jovens na referida faixa etária estava ocupada ou procurando ocupação de acordo com a PNAD. Para o grupo etário de 18 a 24 anos, a taxa de atividade média, em 2003, foi 73,2%. Historicamente, observa-se que a taxa de atividade para os jovens de 15 a 17 anos apresenta uma tendência declinante, reduzindo-se bastante na última década. Enquanto isso, a taxa de atividade para aqueles com idades entre 18 a 24 anos mostra um comportamento mais uniforme, permanecendo pouco acima de 70% no período (Gráfico 12).

Por outro lado, na desagregação deste indicador por sexo, foi possível verificar que a taxa de atividade masculina foi bem superior à feminina em todas as regiões brasileiras. No Brasil, 47,3% dos jovens de 15 a 17 anos do sexo masculino eram economicamente ativos em 2003, enquanto para as mulheres na mesma faixa etária esse percentual foi de 31,3%. As taxas de atividade mais expressivas foram encon-

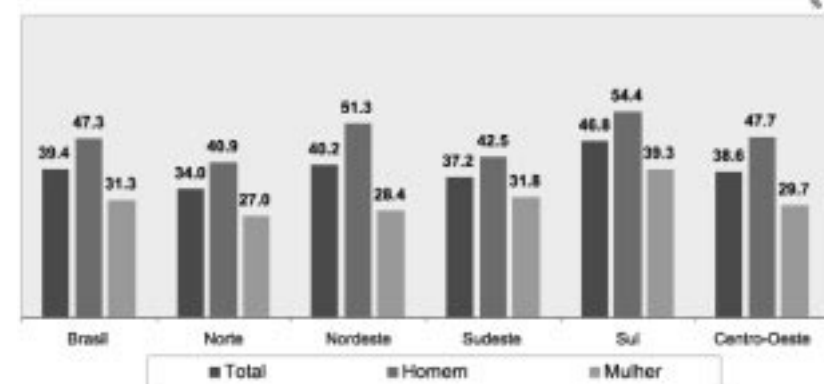
GRÁFICO 12 - TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS, POR GRUPOS DE IDADE
BRASIL - 1993/2003



Fonte: IBGE, PNADs 1993/2003

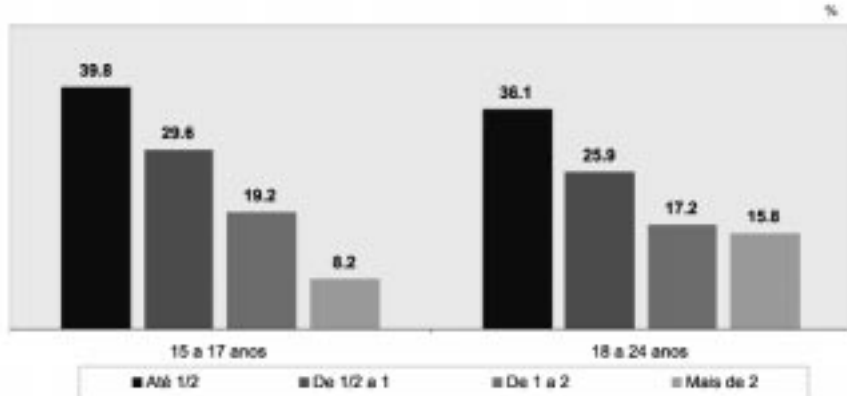
tradas nas regiões Sul (46,8%) e Nordeste (40,2%). Cabe chamar atenção que, no Sul, mais da metade dos jovens de 15 a 17 anos do sexo masculino e quase 40% das jovens da mesma idade estavam ocupadas ou procuravam ocupação em 2003 (Gráfico 13).

GRÁFICO 13 - TAXA DE ATIVIDADE DOS JOVENS DE 15 A 17 ANOS DE IDADE, POR SEXO
BRASIL E GRANDES REGIÕES- 2003



Fonte: IBGE, PNAD 2003.

GRÁFICO 14 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE ECONOMICAMENTE ATIVOS, POR GRUPOS DE IDADE, SEGUNDO AS CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS EM SALÁRIOS MÍNIMOS - BRASIL - 2003



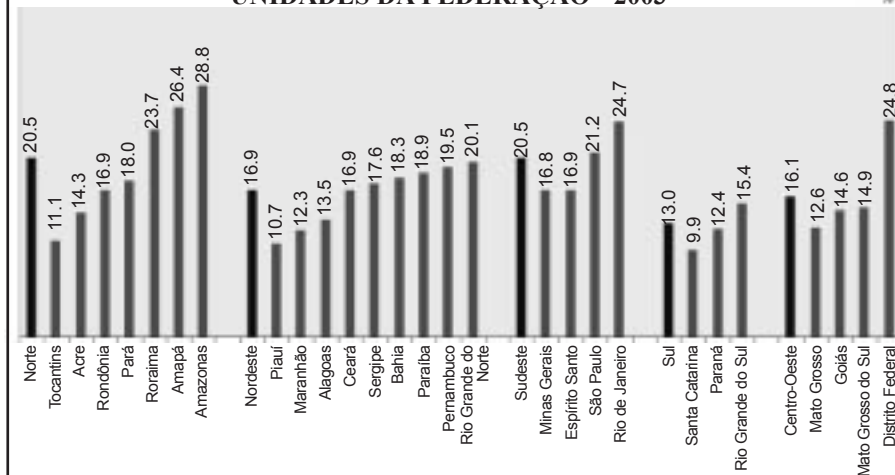
Fonte: IBGE, PNAD 2003. Nota: Excluídas as pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

É importante observar que entre os jovens economicamente ativos havia uma maior participação no mercado de trabalho para aqueles que possuíam até 1/2 salário mínimo (SM) de rendimento familiar per capita. Enquanto quase 40% dos jovens de 15 a 17 anos e 36% dos jovens de 18 a 24 anos que estavam ocupados ou procurando ocupação em 2003 vinham de famílias com rendimento até 1/2 SM familiar per capita, a participação dos jovens que tinham mais de 2 SM de rendimento familiar per capita no total dos economicamente ativos foi de 8,2% para o grupo de 15 a 17 anos e 15,8% para o grupo de 20 a 24 anos de idade (Gráfico 14).

De uma forma geral, a taxa de desocupação (desemprego) dos jovens de 18 a 24 anos (18%) foi significativamente mais elevada que a média nacional de 9,7% verificada para 2003. No Sudeste, essa taxa atingiu 20,5% para os jovens. No Rio de Janeiro e no Distrito Federal, a taxa média de desocupação dos jovens foi de quase 25% (Gráfico 15). Tais dados confirmam as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores jovens para entrar no mercado de trabalho em um ano de baixo crescimento econômico.

Ainda de acordo com os dados da PNAD 2003, o contingente de

GRÁFICO 15 - TAXA DE DESOCUPAÇÃO PARA OS JOVENS DE 18 A 24 ANOS - GRANDES REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2003

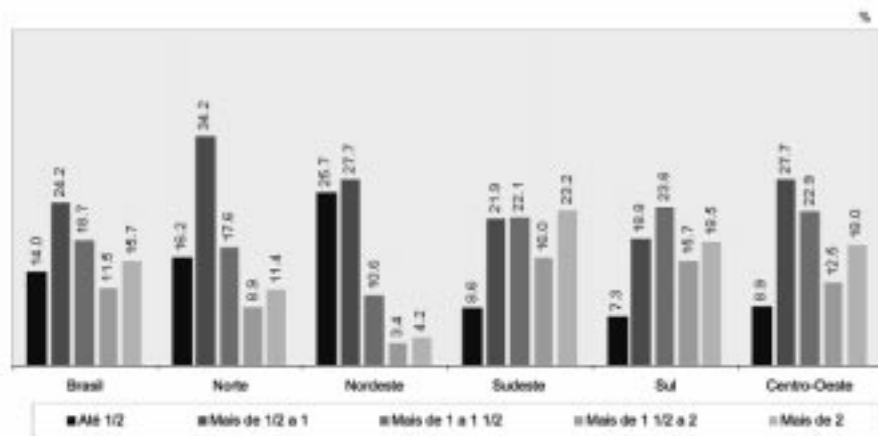


Fonte: IBGE, PNAD 2003.

jovens de 15 a 24 anos ocupados era de aproximadamente 17,2 milhões, o que representava 21,7% do total de pessoas ocupadas no Brasil naquele ano. Entretanto, há uma diferenciação significativa na participação de cada grupo etário analisado entre os ocupados brasileiros: 4% para aqueles com idades entre 15 e 17 anos, 4,2% para os jovens de 18 e 19 anos e 13,5% para o grupo de 20 a 24 anos.

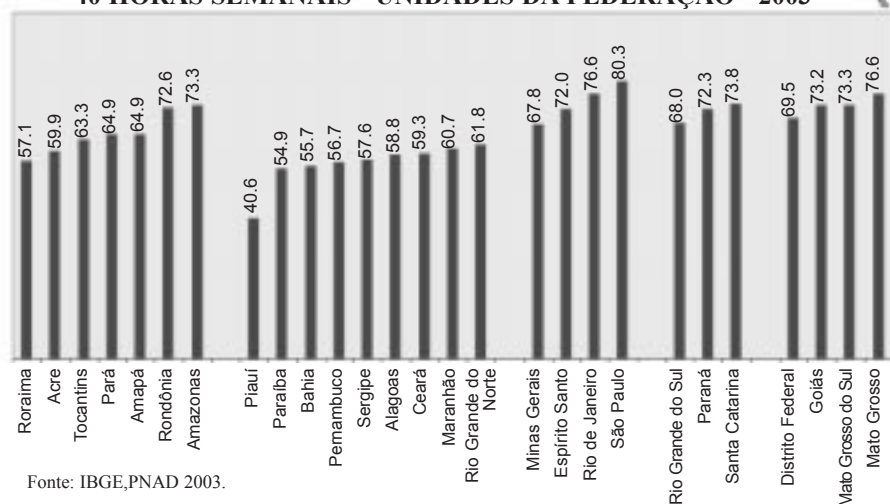
Todavia, é importante analisar as condições de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Primeiramente, para quase 40% dos jovens de 15 a 24 anos ocupados em 2003, o rendimento médio mensal proveniente do trabalho não passava de 1 salário mínimo (Gráfico 16). No Norte e Nordeste, essa proporção ultrapassou a metade dos jovens ocupados e no Sudeste atingiu um terço desse segmento. Por outro lado, em sua grande maioria, os jovens ocupados enfrentavam jornada de trabalho integral: quase 70% trabalhavam mais de 40 horas semanais. A região Sudeste apresentou a maior proporção de jovens trabalhando mais de 40 horas semanais, sendo que em São Paulo essa proporção foi de 80% (Gráfico 17). Tais dados indicam que parcela significativa dos jovens está subempregada, trabalhando longas jornadas e sendo sub-remunerada.

GRÁFICO 16 - DISTRIBUIÇÃO DOS JOVENS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE OCUPADOS, POR CLASSES DE RENDIMENTO MÉDIO MENSAL DE TODOS OS TRABALHOS EM SALÁRIOS MÍNIMOS BRASIL E GRANDES REGIÕES - 2003



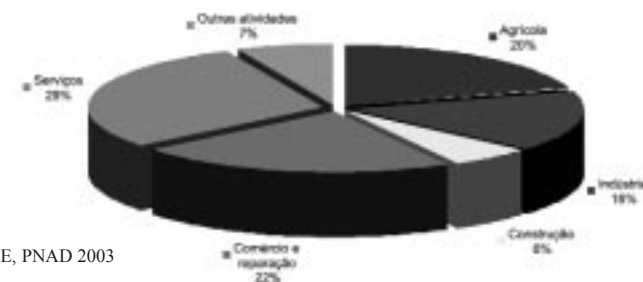
Fonte: IBGE, PNAD 2003. Nota: Excluídas as pessoas sem rendimento e sem declaração de rendimento.

GRÁFICO 17 - PROPORÇÃO DE JOVENS DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, OCUPADOS, COM JORNADA DE TRABALHO IGUAL OU SUPERIOR A 40 HORAS SEMANAIS - UNIDADES DA FEDERAÇÃO - 2003



Fonte: IBGE, PNAD 2003.

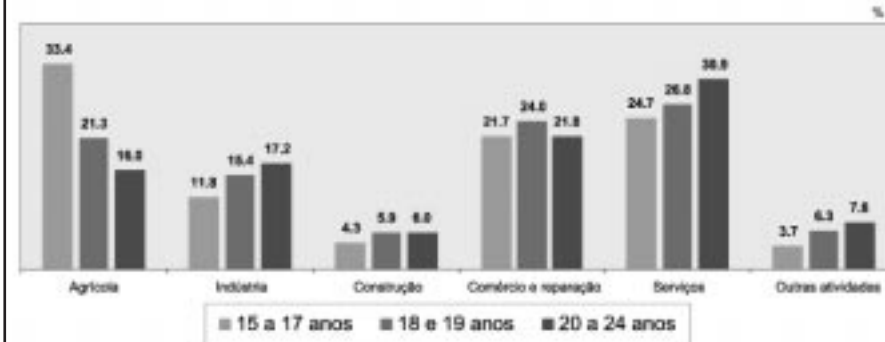
GRÁFICO 18 - DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DA POPULAÇÃO OCUPADA DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, POR SEGMENTOS DE ATIVIDADE - BRASIL - 2003



Fonte: IBGE, PNAD 2003

No que se refere ao tipo de atividade desenvolvida pelos jovens ocupados, de uma forma geral, observou-se uma forte predominância das atividades relacionadas ao comércio e serviços (51% dos jovens de 15 a 24 anos estavam ocupados nessas atividades). Entretanto, a agricultura ainda apresenta uma participação expressiva, em particular para aqueles com idades entre 15 e 17 anos (33,4%). O trabalho agrícola decresce significativamente para as idades mais elevadas, com o segmento de serviços tornando-se a atividade predominante para os grupos etários mais velhos, chegando a ocupar quase 31% dos jovens de 20 a 24 anos (Gráficos 18 e 19).

GRÁFICO 19 - DISTRIBUIÇÃO DOS ESTUDANTES DE 15 A 24 ANOS DE IDADE, POR SEGMENTOS DE ATIVIDADE, SEGUNDO OS GRUPOS DE IDADE - BRASIL - 2003



Fonte: IBGE, PNAD 2003

Um importante indicador de caracterização da inserção ocupacional no mercado de trabalho refere-se à posição na ocupação no trabalho principal. Em 2003, a maior parte dos jovens encontrava-se ocupada na posição de empregados (66,1%). Isso ocorre, principalmente, para os grupos com idades mais elevadas (48,8% para o grupo de 15 a 17 anos, 66% para os jovens de 18 e 19 anos e 71,3% no grupo de 20 a 24 anos) e para o sexo masculino (71,7%, contra 57,4% para as mulheres). As demais posições na ocupação apresentam comportamentos bem diferenciados em função da idade e do sexo.

Para os homens, a ocupação não-remunerada é bastante representativa, abrangendo, em média, 13,5% dos jovens ocupados. Entretanto, essa proporção varia de 31,4% para os jovens de 15 a 17 anos a 7,3% para aqueles com idades entre 20 e 24 anos. Os jovens na categoria de conta-própria também apresentam uma participação expressiva na mão-de-obra masculina, passando de 8,1% no grupo de 15 a 17 anos para 12,8% no de 20 a 24 anos. As posições de "não-remunerados" e "conta-própria" também foram representativas para o sexo feminino, mas em menor intensidade. Chama atenção, no caso das mulheres, o elevado percentual de trabalhadoras domésticas (19,3%), principalmente, para as mais jovens (Tabela 3).

A simples observação da predominância da ocupação de empregados entre os jovens não evidencia uma característica que tem sido marcante do mercado de trabalho brasileiro: a crescente informalização das relações de trabalho. Entre os jovens de 15 a 24 anos de idade, embora cerca de 64% ocupassem a posição de empregados em 2003, 48% destes não tinham carteira de trabalho assinada. Para o grupo de 18 a 24 anos, a participação de empregados sem carteira também se mantém elevada (43%). O emprego sem um contrato formal de trabalho está associado à situação de precariedade, na medida em que o tra-

Tabela 3 - Pessoas de 15 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência, por posição na ocupação no trabalho principal, segundo o sexo e os grupos de idade - Brasil - 2003

Sexo e grupos de idade	Pessoas de 15 a 24 anos de idade, ocupadas na semana de referência						
	Total	Posição na ocupação no trabalho principal (%)					
		Empregados	Trabalhadores domésticos	Conta-própria	Empregadores	Não-remunerados	Trabalhador na produção para o próprio consumo ou construção para o próprio uso
Total	17 199 773	66.1	8.0	9.9	0.8	12.4	2.8
15 a 19 anos	6 520 417	57.6	9.1	8.2	0.3	21.0	3.9
15 a 17 anos	3 173 746	48.8	9.8	7.8	0.1	28.7	4.8
18 e 19 anos	3 346 671	66.0	8.5	8.6	0.4	13.6	2.9
20 a 24 anos	10 679 356	71.3	7.3	11.0	1.1	7.2	2.2
Homens	10 494 521	71.7	0.7	11.3	0.9	13.5	1.9
15 a 19 anos	4 138 857	63.8	0.7	8.9	0.3	23.1	3.2
15 a 17 anos	2 038 425	55.5	0.6	8.1	0.1	31.4	4.2
18 e 19 anos	2 100 432	71.9	0.8	9.7	0.4	14.9	2.3
20 a 24 anos	6 355 664	76.8	0.7	12.8	1.3	7.3	1.1
Mulheres	6 705 252	57.4	19.3	7.9	0.6	10.7	4.2
15 a 19 anos	2 381 560	46.9	23.7	6.9	0.2	17.4	4.9
15 a 17 anos	1 135 321	36.7	26.1	7.2	0.2	23.8	6.0
18 e 19 anos	1 246 239	56.1	21.4	6.7	0.3	11.5	4.0
20 a 24 anos	4 323 692	63.2	16.8	8.4	0.8	7.0	3.8

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2003.

balhador perde uma série de garantias definidas pelas leis trabalhistas (FGTS, seguro de desemprego, férias, 13º salário, etc).

Assim, os indicadores de mercado de trabalho revelam que se por um lado a taxa de desocupação é bastante elevada para os jovens, por outro, mesmo para aqueles que se encontram ocupados, as condições de inserção ocupacional no mercado de trabalho (baixos rendimentos, longa jornada de trabalho e elevada representatividade de ocupações consideradas pouco qualificadas, como não-remunerados e trabalhadores domésticos), de uma forma geral, não favorecem a conciliação entre trabalho e estudo, e acabam por gerar impedimentos e mesmo um desestímulo à busca por maior qualificação e progressão em direção a níveis mais elevados de escolaridade.

Políticas voltadas para a inserção de jovens no mercado de trabalho

Em termos de políticas públicas que visem aumentar a escolaridade do jovem no País, o grande desafio atualmente consiste na adoção de medidas que combatam a elevada defasagem escolar dos estudantes e ações de incentivo à progressão escolar em direção ao ensino médio, técnico e superior. Todavia, tais políticas, para se tornarem efetivas, devem considerar os aspectos socioeconômicos da população jovem brasileira, principalmente no que concerne à sua inserção no mercado de trabalho.

A legislação que organiza o sistema de ensino para os níveis médio e técnico tem sofrido muitas modificações nas últimas décadas. A instituição da Lei de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional (LDB) de 1971 previa um ensino técnico equivalente ao médio, ministrado em 4 anos via currículo integrado de matérias acadêmicas e técnicas. Entretanto, “este modelo tinha como premissa que a maior parte da população, e em especial os que potencialmente pudessem estar interessados na educação profissional de nível técnico, estariam completando o ensino fundamental regular na idade adequada, o que não era a realidade brasileira” (Sabóia, Soares e Kappel, 2004). Nesse sentido, esse sistema gerava distorções significativas considerando que o atraso escolar da população jovem trabalhadora acabava por impedir o acesso desta ao ensino técnico de nível médio e os jovens que freqüentavam as escolas técnicas, em geral, buscavam mais uma preparação para o ingresso nas universidades que propriamente uma formação técnica.

A instituição da LDB de 1996 buscava corrigir tais distorções a partir de uma maior diferenciação entre os ensinos técnico e médio formal. No novo sistema, a formação técnica estaria associada a uma sólida educação básica: o ensino médio apresentaria um caráter de formação geral, com duração de 3 anos e correspondente ao último nível da Educação Básica, e a educação profissional de nível técnico passaria a contar com uma organização curricular independente porém articulada ao ensino médio, também ministrada em 3 anos.

Em suma, o novo marco legal promoveu a separação do ensino técnico do ensino médio, tornando-o complementar, e flexibilizou a estrutura curricular para permitir o retorno dos egressos ao sistema. Entretanto, tal reforma apresentou grandes dificuldades de implementação em função dessa separação: “a dupla jornada escolar submetida aos jovens que pretendem concluir, simultaneamente, o ensino médio regular e o profissionalizante, acaba prejudicando justamente o segmento daqueles em situação mais desfavorável e que, em geral, precisam conciliar estudo e trabalho para complementação da renda familiar” (Sabóia, Soares e Kappel, 2004).

Levando em consideração os obstáculos encontrados e a realidade do jovem brasileiro, uma nova reforma foi proposta pelo Decreto nº 5.154 de julho de 2004, prevendo várias alternativas de articulação entre o ensino médio e o ensino técnico de nível médio. O novo decreto permite que as instituições e os jovens escolham o caminho mais adequado para a sua realidade: freqüentar ambos ensinos ao mesmo tempo, na mesma grade curricular e na mesma escola ou buscar outros modelos alternativos de integração. Assim, a possibilidade de integração entre o ensino médio regular e técnico resgata a chance dos estudantes saírem desta fase do ensino já com qualificação profissional para disputar uma oportunidade no mercado de trabalho.

Em relação a políticas específicas para ingresso de jovens no mercado de trabalho, cabe observar que, no Brasil, existe a lei do aprendiz, aliás, bastante antiga, criada em 1943⁴. Essa lei define a aprendizagem como o processo educacional e metódico, caracterizado por uma alternância entre atividades práticas (desenvolvidas nas empresas) e teóricas (desenvolvidas em instituições de ensino), dentro de um pro-

⁴ A lei do aprendiz consolidou as disposições da Constituição Brasileira e do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, e alterou a Consolidação das Leis Trabalhistas - CLT, de 1943, dando uma nova regulamentação à aprendizagem e permitindo a formação técnico-profissional de adolescentes entre 14 e 18 anos, dentro dos princípios da proteção integral.

grama que tem começo, meio e fim. Antes da regulamentação da lei, apenas o Senai podia formar o jovem. Atualmente, a lei do aprendiz permite que todo o Sistema S (Senai, Senac, Senar, Senat e SESCOOP), as escolas técnicas e as organizações não-governamentais também assumam esse papel.

O estágio é mais uma alternativa para a inserção de jovens no mercado de trabalho. A lei de 1977, que criou o estágio curricular de estudantes regularmente matriculados e com frequência efetiva nos cursos vinculados ao ensino oficial e particular, em nível superior e de 2º grau regular e supletivo, proporciona ao estudante a participação em situações reais de trabalho em empresas públicas ou privadas, sob responsabilidade e coordenação da instituição de ensino. Não há obrigatoriedade das empresas oferecerem estágios e o instrumento jurídico necessário é apenas um termo de compromisso, sem criar qualquer vínculo empregatício. Com isso, não há encargos sociais sobre a mão-de-obra utilizada, o que representa um estímulo ao uso de estagiários pelas empresas. A falta de um programa eficaz de fiscalização das atividades de estágio resulta muitas vezes em experiências pouco construtivas de formação de habilidades para os jovens no mundo do trabalho.

Recentemente, foi criado o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego para Jovens (PNPE) através da lei 10.748, de outubro de 2003, tendo sido regulamentada pelo decreto-lei 5.199, de agosto de 2004. Este programa pretende beneficiar jovens de 16 a 24 anos com escolaridade inferior ao ensino médio completo, cuja renda familiar *per capita* seja de até meio salário mínimo e sem vínculo anterior de trabalho formal. Os empregadores recebem um benefício monetário do governo federal e o emprego criado é regido pela CLT. Até o presente momento, os resultados do PNPE têm sido insignificantes. Seu pouco tempo de existência, entretanto, não permite que sejam tiradas conclusões definitivas.

Conclusões

O jovem é um ator privilegiado no processo de desenvolvimento, pois só ele é capaz de decifrar os novos códigos e conteúdos que estão emergindo no atual modelo de sociedade. Segundo Madeira (1998), somente os jovens serão capazes de conseguir minar o imobilismo e o conservadorismo que persistem em grande parte das sociedades atuais, vencendo a pobreza e erradicando a violência. Acrescenta ainda que “a dificuldade de acesso ao trabalho se agrava nos grupos de menor escolaridade e se transforma na maior parte dos casos, em uma exclusão estendida dado que não tem rendimento próprio e, portanto não possui nem condição de vivenciar a sua própria juventude, nem motivação e disposição de elaborar projetos de futuro para sua vida adulta”.

A discussão sobre os jovens no mercado de trabalho deve passar necessariamente pela questão da educação e das políticas específicas de formação profissional existentes no país. As dificuldades encontradas não são um privilégio da sociedade brasileira – o emprego e desemprego dos jovens - sendo fenômenos conhecidos em várias partes do mundo, inclusive em países desenvolvidos. Usualmente, a taxa de desemprego dos jovens é cerca do dobro da taxa global de desemprego de cada país. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (2003), considerando uma amostra de países europeus, a Espanha e a Itália são os que possuem as maiores taxas de desemprego entre os jovens de 15 a 24 anos, enquanto a Alemanha apresentava a menor, provavelmente, em função do seu sistema de ensino⁴.

Conforme foi discutido ao longo do texto, a inserção do jovem brasileiro no mercado de trabalho se dá de forma bastante insatisfatória, muitas vezes abaixo da idade mínima legal. Seu futuro fica

⁵ O sistema educacional alemão é desenvolvido sobre a base da articulação trabalho-escola mesclando o aprendizado na escola e na empresa e sendo um programa formal de aprendizado industrial compulsório para todos os alunos, exceto aqueles que têm intenção de ingressar nas universidades.

comprometido na medida em que muitos não conseguem estudar e trabalhar ao mesmo tempo e, quando continuam a estudar, estão sujeitos ao atraso escolar. Ficou também caracterizado que a inserção do jovem no mercado de trabalho está fortemente associada ao nível de rendimento familiar, fazendo com que muitos jovens aceitem trabalhar recebendo níveis baixíssimos de remuneração.

Portanto, a melhoria das condições do jovem no mercado de trabalho não passa apenas por melhorar as leis e programas já existentes ou criar novas leis e programas, mas, principalmente, por criar condições econômicas mais favoráveis para a população de baixa renda, de modo a não estimulá-la a enviar seus filhos ao mercado de trabalho precocemente. Por outro lado, passa também pela melhoria do ensino oferecido ao jovem, como forma de mantê-lo na escola e prepará-lo melhor para a entrada futura no mercado de trabalho.

Bibliografia

ARIAS, Alfonso – “Avaliando a Situação Ocupacional e dos rendimentos do trabalho dos Jovens entre 15 e 24 anos na Presente Década”, in *Jovens Acontecendo na trilha das Políticas Públicas*, Brasília: CNPD, 1998.

CAMARANO, Ana Amélia et alii – “Caminhos para a Vida Adulta” in *Texto para Discussão*, nº 1038, IPEA, Rio de Janeiro, Agosto de 2004.

CENSO Demográfico 2000: características da população e dos domicílios: resultados do universo, Rio de Janeiro, IBGE, 2001.

MADEIRA, Felícia – “Recado dos Jovens, Mais Qualificação” in *Jovens Acontecendo na trilha das Políticas Públicas*, Brasília, CNPD, 1998.

ORGANIZAÇÃO Internacional do Trabalho, *Tendencias Mundiales del Empleo*, Genebra, 2003.

PESQUISA nacional por amostra de domicílios 2003: microdados, Rio de Janeiro, IBGE, 2004.

SABOIA, Ana – “Situação educacional dos Jovens” in *Jovens Acontecendo na trilha das Políticas Públicas*, Brasília, CNPD, 1998.

SABOIA, Ana, SOARES, Barbara e KAPPEL, Maria Dolores. “Adolescentes e jovens no Brasil: escolarização e inserção no mercado de trabalho”. *Anais do XIV Encontro Nacional de Estudos Populacionais*, ABEP, Caxambu, 20-24 de Setembro de 2004.

SABOIA, João, “Mercado de Trabalho no Brasil – Fatos e Alternativas”, in Sicsú, João et alii orgs., *Novo-Desenvolvimentismo – Um Projeto Nacional de Crescimento com Equidade Social*, São Paulo, Manole, 2005.

SÍNTESE de indicadores sociais 2000, Rio de Janeiro, IBGE, 2001. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n.5).

SÍNTESE de indicadores sociais 2003, Rio de Janeiro, IBGE, 2004. (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, n.12).

Biografia do autor

JOÃO SABOIA

João Saboia é engenheiro eletrônico formado pela Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, em 1968. Em 1970, concluiu o mestrado em engenharia de sistemas pela COPPE. Em 1975, obteve o doutorado em pesquisa operacional na Universidade da Califórnia (Berkeley), EUA. Foi um dos criadores do mestrado em Economia da Tecnologia da COPPE em 1976 e do mestrado em Economia da Faculdade de Economia e Administração - FEA - da UFRJ, em 1979.

Fez o pós-doutorado em economia na Universidade de Paris VII, entre 1985 e 1986. Chefiou o Departamento de Economia da FEA no biênio 1987/89. Em 1989, foi aprovado no concurso para professor titular do Instituto de Economia - IE, tendo assumido a Coordenação de Pesquisa nos anos noventa. Em 2003, passou a Diretor-Geral do IE.

João Saboia tem lecionado macroeconomia e pesquisado nas áreas de mercado de trabalho, política social e economia industrial, com dezenas de artigos publicados no Brasil e no exterior. Nos últimos anos, atuou diversas vezes como professor visitante na Universidade de Paris. Foi também pesquisador convidado nos Centros de Estudo da América Latina das Universidades da Califórnia (Berkeley) e Stanford, nos EUA.

Sobre o Instituto de Economia da UFRJ

O Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, IE - UFRJ, surgiu em 1996 a partir da fusão entre o Instituto de Economia Industrial, dedicado à pesquisa e ao ensino de pós-graduação, e o Departamento de Economia da então Faculdade de Economia e Administração da UFRJ, que se ocupava do ensino de graduação em economia. Esta fusão tornou o novo instituto capaz de desenvolver um programa integrado de ensino e de pesquisa em economia.

O compromisso do IE - UFRJ é apresentar e discutir, de forma aprofundada e crítica, os principais paradigmas que constituem a teoria econômica moderna, a visão que informa cada um deles, suas fronteiras interdisciplinares, seus instrumentos analíticos, seu poder de explicação da realidade das economias atuais e os confrontos entre suas proposições. O IE - UFRJ é um dos centros brasileiros de excelência no ensino e pesquisa em economia, desempenhando importante papel na formação de profissionais de alto nível para instituições públicas e privadas do país e na produção de conhecimento teórico e aplicado de relevância.

Sobre a Organização Gelre

Mais de 40 anos de excelência no recrutamento, seleção e administração de profissionais em todo Brasil

Pioneira em trabalho temporário no Brasil, a Gelre é uma empresa focada nas Relações Humanas no Trabalho, atuando há quatro décadas no País. Atualmente, também abrange as áreas de trabalho efetivo e estágios. São mais de dois milhões de currículos em banco de dados, 4.500 clientes e quase 40 mil trabalhadores administrados por mês. Suas principais áreas de atuação são: varejo, construção civil, industrial, administrativo, contábil, agrícola, inclusão social, informática, treinamento, seleção de executivos e promoção e eventos.

Para atender a esta demanda de vagas e candidatos, a Organização possui 90 unidades no Brasil e 8 na Argentina, onde oferece assessoria para empresas que desejam operar no Mercosul.

Os profissionais que buscam colocação ou recolocação no mercado de trabalho, por sua vez, contam com a facilidade de se candidatar às vagas de todas as regiões do País sem nenhum custo, pois os encargos ficam reservados às empresas e aos parceiros que utilizam os serviços da organização.

Para otimizar ainda mais a relação entre empregado e empregador, o portal Gelre.com.br oferece as mais avançadas soluções on line de recursos humanos. Os clientes podem divulgar suas vagas, reduzindo custos e ganhando agilidade no processo de recrutamento e seleção.

Ultrapassando obstáculos

Segundo o IBGE, 14,7% da população brasileira apresenta algum tipo de deficiência. Sensível a esses dados, a Gelre criou a Divisão de Responsabilidade Social, que busca incluir o profissional com defi-

ciência, bem como o de terceira idade, na sociedade por meio de seu trabalho.

Até hoje, quatro anos após sua inauguração, esta Divisão encaminhou mais de 1.500 profissionais com deficiência para o mercado de trabalho, nas mais diversas atividades. Além disso, conta com um banco de dados com mais de mais de 9.640 currículos cadastrados pelo Brasil.

Primeira oportunidade

Atuando como agente de integração entre empresa, estudante e instituição de ensino, a Central de Estágios Gelre busca proporcionar aos alunos de ensino médio, profissionalizante, universitário e de educação especial a oportunidade de uma colocação no mercado de trabalho por meio da prática do estágio. A divisão oferece entre seus serviços amplo cadastro regionalizado de estudantes, relatório de acompanhamento e controle de frequência.

**Gelre Coletânea - Série Estudos do Trabalho
é uma publicação da Organização Gelre.**

Conselho editorial: Jan Wiegerinck, Paulo Belleza e
Cláudia Cerresi Nogueira. **Concepção, realização
e coordenação:** Andreoli/MS&L.

Jornalista responsável: Judith Meirelles MTb 18.808.

Produção gráfica: More-AI. **Projeto de Capa:** GPP.

Contato: Div. de Comunicação e Imprensa - Organização Gelre -
Rua 24 de Maio, 35 - 7º andar - Centro - 01041-001 - São Paulo - SP
Tel. (11) 3351-3733 - marketing@gelre.com.br

Gelre Coletânea



Gelre Coletânea

Coleção de fascículos
publicados pela
Organização Gelre.

Fevereiro/2005

Série Estudos do Trabalho